



MAIS DO MESMO OU O CAMINHO SEGURO? A DEFESA DO PIBID EM FRENTE A PROGRAMAS DE FORMAÇÃO DOCENTE DE VITRINI

Tiago Yamazaki Izumida Andrade ¹
Flavia Hatsumi Izumida Andrade ²

RESUMO

As licenciaturas no Brasil enfrentam uma crise estrutural marcada pela baixa procura, altas taxas de evasão e precariedade na formação inicial docente. Por isso, políticas públicas que visam atrair, manter os estudantes nesses cursos e contribuir para a melhoria de sua qualidade tornam-se essenciais. Neste contexto, podemos destacar o PIBID e o Programa Pé-de-meia Licenciaturas, que apresentam objetivos e impactos bem distintos, este sem a garantia de contribuições sociais efetivas e aquele que realmente vem apresentando evidências positivas para a formação docente e com impacto direto na educação básica. Objetivamos discutir a importância do PIBID em relação a novos programas como o Pé-de-Meia das Licenciaturas. Realizamos uma pesquisa qualitativa documental e bibliográfica, analisando documentos legais e artigos científicos. Argumentamos que, embora ambos envolvam incentivo financeiro a estudantes, o PIBID se destaca por articular apoio econômico à vivência pedagógica direta na educação básica. Assim, a participação no PIBID exige uma contrapartida ativa dos licenciandos, que desenvolvem atividades em escolas públicas sob orientação de docentes das IES e das escolas parceiras, contribuindo para a sua formação teórico/prática e para o fortalecimento da educação básica. Por outro lado, o Pé-de-Meia das Licenciaturas, apesar de seu mérito com o objetivo de atrair alunos para as licenciaturas e combater a evasão, não prevê uma atuação direta do licenciando junto às escolas, limitando-se ao aspecto assistencial. Concluímos que, a valorização e ampliação do PIBID são fundamentais para enfrentar a crise das licenciaturas e qualificar os futuros professores. Por isso, defendemos que seja seguido o caminho seguro das políticas de formação docente, ou seja, que o PIBID se torne realmente uma política de Estado, com maior investimento e abrangência em todas as licenciaturas, já que este é comprovadamente uma política pública de formação docente que funciona e não o mais do mesmo de muitas que são criadas.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Licenciaturas, Programa Pé-de-meia Licenciaturas, Política de Estado.

¹ Professor EBTT do IFSP/Avaré, tiago.yamazaki@ifsp.edu.br;

² Professora EBTT do IFSP/Avaré, flavia.andrade@ifsp.edu.br.



INTRODUÇÃO

As discussões referentes à formação de professores no Brasil são históricas, permeadas, muitas vezes, por interesses políticos e econômicos que não necessariamente coadunam com a ideia de melhoria da qualidade das licenciaturas disponíveis no país. Não é à toa que esses cursos vêm atravessando uma verdadeira crise estrutural, caracterizada pela queda no número de ingressantes, altas taxas de evasão e crescente desinteresse dos estudantes em seguir a carreira docente (Gatti, 2014; Ferreira; Bierhalz, 2023; Queiroz, 2023; Silva; Mesquita, 2025).

Tal cenário compromete diretamente não apenas a formação de professores como também a qualidade da educação básica e evidencia a necessidade de políticas públicas consistentes e de longo prazo capazes de enfrentar as causas estruturais da crise e não apenas seus efeitos pontuais. Dentre essas políticas, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), criado em 2007, tem se destacado como uma iniciativa sólida e estruturante, promovendo a imersão dos licenciandos no cotidiano escolar desde os primeiros períodos da graduação (Gatti, 2014). Pesquisadores da área da educação reconhecem o PIBID como uma política que contribui não apenas para a valorização do magistério, mas também para a melhoria da qualidade da formação docente inicial (Gatti, 2014; Deimling; Cruz; Favarin, 2025).

O presente Programa vem sendo objeto de pesquisa desde sua criação e tem mostrado efeitos positivos tanto para os cursos de formação de professores quanto para a educação básica (Gatti, 2014; Deimling; Cruz; Favarin, 2025; Santos; Díaz, 2023; Souza; Carvalho; Silva, 2024; Koga; Rudnik; Camilo, 2025). No entanto, ele ainda é uma Política de Governo e não de Estado, o que pode ocasionar sua descontinuidade na mudança de um governo para o outro, como ocorreu com o Programa Residência Pedagógica¹. Embora já tenhamos um projeto de lei (PL 7552/2014) em processo avançado de aprovação do PIBID como política de Estado, ficamos preocupado com a sua consolidação, já que recentemente, em janeiro de 2025, foi aprovado um novo Programa pelo Governo Federal (Programa Pé-de-Meia Licenciaturas) com o intuito de atrair estudantes para os cursos de licenciaturas por meio da oferta de bolsas que perduram durante toda a graduação.

Esse cenário tem suscitado questionamentos sobre a real necessidade de criação de novas iniciativas, especialmente quando há políticas bem avaliadas e consolidadas como o PIBID. Neste sentido, criar novos programas sem considerar a consolidação e expansão dos





existentes pode resultar em fragmentação de esforços, sobreposição de ações e desperdício de recursos públicos.

A partir do contexto apresentado, este trabalho tem como objetivo discutir a importância do fortalecimento e expansão do PIBID como Política de Estado e permanente na formação de professores, conforme estabelecido pela PL 7552/2014 e seus apensados, em contraponto à formulação de novos programas com objetivos de vitrine, e populista como é o caso do Programa Pé-de-Meia Licenciaturas. A análise baseia-se em estudos bibliográficos e documentais, buscando sustentar a tese de que o aprimoramento de políticas já existentes pode ser mais eficaz do que a criação de novas que acabam sendo o mais do mesmo na “tentativa” da melhoria de educação no país.

METODOLOGIA

O presente trabalho se alinha nos pressupostos da pesquisa qualitativa, a qual tem como objetivo compreender fenômenos educacionais, sociais e culturais em profundidade, valorizando a perspectiva dos sujeitos envolvidos (Bogdan; Biklen, 1994). A análise baseia-se em estudos documentais e bibliográficos, centrada em três eixos de discussão: o primeiro relacionado à crise das licenciaturas, para isso analisamos documentos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), especialmente os dados do Censo do Ensino Superior (2014 – 2023), além de artigos que realizaram a discussão sobre a temática; o segundo eixo apresentamos a defesa do PIBID como Política de Estado para enfrentamento à crise das licenciaturas, para isso nos embasamos em trabalhos científicos sobre políticas públicas educacionais, relato de experiências e evidências empíricas de licenciandos e professores participantes do programa; o terceiro eixo está centrado em tecer uma discussão para sustentar a tese de que o aprimoramento de políticas públicas de formação docente já existentes pode ser mais eficaz do que a criação de novas políticas, como é o caso do Programa Pé-de-Meia Licenciaturas como exemplo de política de caráter assistencialista, que acabam sendo o mais do mesmo na “tentativa” da melhoria da educação no país, para isso analisamos artigos científicos que tecem uma discussão sobre as políticas recentes de educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A crise nas licenciaturas: o que diz o Censo da Educação Superior do INEP?



A discussão sobre a crise das licenciaturas no Brasil é histórica e complexa, ela se manifesta não só na percepção da desvalorização do magistério, mas nos dados oficiais evidenciados pelo último Censo da Educação Superior do Inep, divulgados em 2023.

De acordo com INEP (2023) Aparentemente as licenciaturas apresentaram um crescimento agregado das matrículas se compararmos os anos de 2013 à 2023 (Gráfico 1).

Gráfico 1. Número de Ingressantes e de Matrículas em Cursos de Licenciatura – Brasil 2013-2023

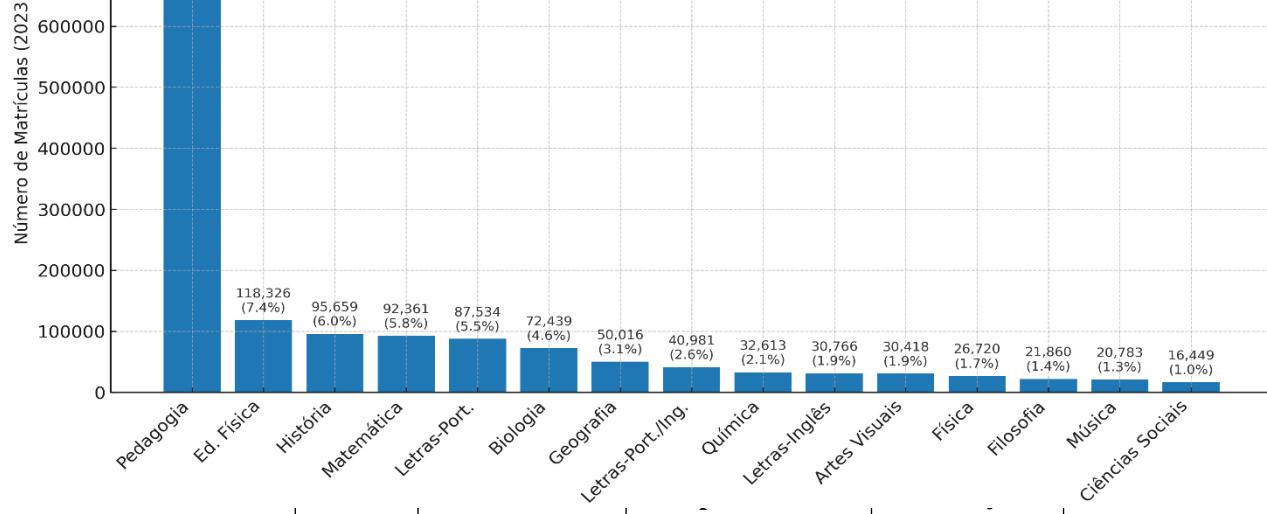


Fonte: INEP (2023) – Censo da Educação Superior

Embora os dados nos revelam um aumento absoluto nas matrículas de licenciatura entre 2013 e 2023, ao analisarmos com certa acuidade notamos que elas estão concentradas em poucos cursos, em especial o de Pedagogia com mais da metade das matrículas em licenciaturas (cerca de 850 mil estudantes em 2023), enquanto muitos cursos (por exemplo, Filosofia, Música, Física) aparecem sistematicamente entre os com os menores contingentes, sinalizando estagnação ou redução relativa de vagas e, em muitos casos, maior risco de evasão nesses cursos (Gráfico 2).

Gráfico 2. Os 15 maiores cursos de licenciatura em matrículas no Brasil em 2023





Fonte: INEP (2023) – Censo da Educação Superior

2023	1.710.983	67,1% (≈ 1.148.576)	32,9% (≈ 562.407)
------	-----------	------------------------	----------------------

Fonte: INEP (2023) – Censo da Educação Superior

Uma análise feita por Gatti (2014) já apontava esse crescimento de licenciaturas à distância em instituições privadas de ensino entre 2001 e 2011. De acordo com a autora, em 2001, havia apenas matrículas em licenciaturas à distância em instituições públicas, e, em 2002, a proporção era de 84% de matriculados em EAD nessas instituições, e 16% nas instituições privadas. A inversão foi se dando gradativamente e em 2011 as licenciaturas à distância oferecidas por instituições privadas já detinham 78% das matrículas em cursos de formação de professores.

Para Gatti (2014) está guinada está associada a políticas que favorecem a expansão da EAD nesse segmento de instituições e reordenação do campo da educação à distância por parte do poder público, a partir de 2005, com a equiparação dos cursos EAD com os presenciais, criação de legislações próprias para essa modalidade e facilidade de acesso da camada socialmente menos favorecida.

Mesmo tecendo suas críticas à EAD Gatti (2014) defende a importância dessa modalidade de ensino, já que os cursos à distância são uma ferramenta importante nas sociedades contemporâneas em função da densidade e espalhamento demográfico das populações. Todavia, essa modalidade exige sérios cuidados, como os explicitados pela autora:

Cursos à distância demandam: equipes docentes com boa formação na área e também quanto a aspectos específicos do ensino nessa modalidade; tecnologias sofisticadas e ágeis; materiais bem produzidos e testados; polos bem instalados; monitores ou tutores bem formados, tanto nos conhecimentos de áreas como no uso de tecnologias educacionais, apoiados e acompanhados sistematicamente; sistemas de controle bem delineados com pessoal adequado; avaliação da aprendizagem em formas consistentes, entre outros cuidados (GATTI, 2014, p.38).

Como podemos ver, essas demandas nem sempre são respeitadas nos cursos à distância ofertados no país, principalmente nas instituições privadas. O problema maior é que muitas dessas universidades privadas são de qualidade duvidosa e, mesmo os cursos em EAD



oferecidos em universidades públicas, não apresentam estruturas que possibilitem a formação de professores com qualidade desejável, já que os materiais disponíveis para sua formação são obsoletos (apostilas e fragmentos de textos) e a assessoria dos alunos de licenciaturas é feita por tutores sem formação específica na área de educação, submetidos a contratos trabalhistas precários (GATTI, 2014; MARTINS, 2010). Tais cursos refletem uma situação ideal para a lógica do mercado, visto que eles possuem um custo de manutenção inferior aos presenciais, por não precisarem investir em estrutura física para os cursos e possibilitarem a matrícula de um número grande de alunos.

Devido a esses problemas, autores como Martins (2010) são totalmente contra a formação de professores na modalidade EAD. Para a autora, esse profissional tem que ter uma sólida formação teórica e prática para que possa dar conta da complexidade de sua prática social.

Gatti (2014) também aponta algumas deficiências nos cursos de formação inicial de professores em EAD:

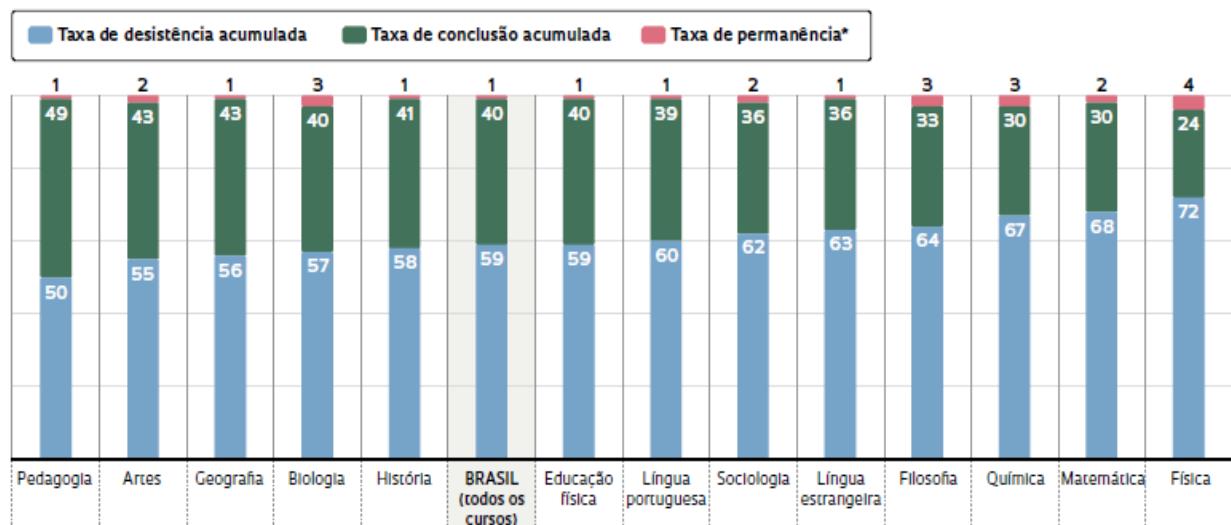
(...) os estudantes a distância não são favorecidos com um convívio em cultura acadêmica, como o diálogo direto com colegas de sua área e de outras, com professores no dia a dia, com a participação em movimentos estudantis, debates, e com vivências diversas que a vida universitária oferece de modo mais intenso. Ou seja, ficam os futuros professores carentes de uma socialização cultural não desprezível e importante para sua formação (GATTI, 2014, p. 37).

Além dessas contradições diretamente relacionadas à formação inicial, temos aquelas presentes na realidade da prática docente. Embora tenhamos presenciado alguns avanços nas legislações referente à formação inicial, a realidade do sistema educacional brasileiro apresenta diversos problemas que acabam prejudicando diretamente o trabalho do professor e sua formação inicial, como: os baixos salários; as jornadas excessivas de trabalho; a falta de materiais adequados para as aulas; a rotatividade de professores e diretores, o alto índice de violência escolar, o alto índice de faltas ao trabalho; a falta de plano de carreira atrativo para os professores; o excesso de burocracia; a sobreposição de interesses políticos e corporativos aos da escola, entre outros (SILVA; SANTOS, 2016).

Tais condições, segundo Saviani (2011), dificultam uma boa formação inicial de professores, pois, além de desestimular a procura pelas licenciaturas, não oferecem um espaço propício de co-formação (na relação entre Universidade e escola básica) para os alunos de licenciaturas. Por isso, é comum verificar o esvaziamento das licenciaturas, principalmente nas áreas de Biologia, Matemática, Física e Química, pois os jovens não veem na docência uma atividade profissional atrativa (Ferreira; Bierhalz, 2023; Queiroz, 2023; Silva; Mesquita,

2025). Atualmente, as matrículas nos cursos de licenciaturas têm sido proporcionalmente menores do que as realizadas em outras graduações, como apontado pelo Censo da Educação Superior (2014, 2023) – INEP (2023), além do grande número de desistências durante o curso (Gráfico 3).

Gráfico 3. Taxa de desistência acumulada de alunos matriculados em cursos de licenciaturas entre 2012 e 2021



Fonte 1. Queiroz (2023)

Segundo Ferreira; Bierhalz (2023), a desistência dos licenciandos está relacionada a um conjunto de fatores que envolvem tanto aspectos individuais quanto estruturais da formação docente. Os autores destacam que muitos estudantes abandonam o curso devido à desvalorização social e econômica da profissão docente, à baixa atratividade salarial, e às condições precárias de trabalho na educação básica. Além disso, apontam a falta de identificação com o curso, a dificuldade de conciliar estudos e trabalho e a fragilidade na formação inicial, especialmente em cursos ofertados na modalidade EaD, como elementos que contribuem significativamente para a evasão nos cursos de licenciatura.

Diante desse cenário de crise nas licenciaturas, marcado pela queda na procura, altos índices de evasão e desvalorização da carreira docente, torna-se evidente a necessidade de políticas públicas que incentivem e fortaleçam a formação de professores. De acordo com Saviani (2009) e Martins (2010), a crise da formação de professores será superada quando as políticas educacionais se desvincularem do demagogismo político que, ao falar da importância da educação, faz pouca coisa de concreto para melhorá-la.

Nesse contexto, tornam-se essenciais políticas públicas que visam atrair e manter os licenciandos nesses cursos, bem como contribuir para a melhoria da qualidade de sua formação.



Atualmente podemos destacar duas políticas que seguem essa linha, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa Pé-de-Meia Licenciaturas, os quais apresentam objetivos e impactos bem distintos, este sem a garantia de contribuições sociais efetivas e aquele que realmente vem apresentando evidências positivas para a formação docente e com impacto direto na educação básica.

O Programa Pé-de-Meia: o “mais do mesmo” das políticas de formação de professores

O Programa Pé-de-Meia Licenciaturas foi criado pelo Governo Federal, sob a coordenação do Ministério da Educação (MEC) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o propósito de estimular o ingresso e a permanência de estudantes nos cursos de formação de professores (Brasil, 2025). O programa busca, em linhas gerais, reduzir a evasão e valorizar a carreira docente, respondendo à crise de desinteresse e abandono que afeta as licenciaturas no Brasil.

Os objetivos centrais do programa incluem a melhoria da formação inicial de professores, o aumento da atratividade dos cursos de licenciatura e a redução das desigualdades no acesso à educação superior (Brasil, 2025). Para participar, o estudante deve estar matriculado em curso de licenciatura reconhecido pelo MEC e que obtiverem nota média igual ou superior a 650 pontos no Enem. O programa prevê a concessão de bolsas mensais no valor de R\$1.050, sendo R\$ 700 com saque imediato e R\$ 350 como poupança, com saque após ingresso em uma rede pública de ensino em até cinco anos (Brasil, 2025).

Embora o Pé-de-Meia Licenciaturas represente um avanço no campo das políticas de permanência estudantil, alguns pesquisadores têm apontado que o programa não atinge efetivamente as causas estruturais da crise das licenciaturas. A falta de uma contrapartida pedagógica, como a exigência de estágio supervisionado em escolas públicas ou envolvimento em projetos de iniciação à docência, limita seu impacto na qualidade da formação inicial. Assim, o programa tende a funcionar como uma política de transferência de renda, e não como um instrumento formativo capaz de integrar universidade e escola, diferentemente de programas como o PIBID e a Residência Pedagógica, que articulam vivências práticas e reflexão docente (Souza, Carvalho; Silva, 2024).

Além disso, o Pé-de-Meia não contribui diretamente para a melhoria da educação básica, pois seus beneficiários não assumem compromisso algum de atuação nas redes públicas de ensino, já que o máximo que poderá acontecer é os bolsistas não receberem o valor que foi depositado caso não atuem no ensino público depois de formados. Essa ausência de contrapartida limita a efetividade social da política, tornando-a uma ação paliativa, focada

na manutenção do estudante na universidade, mas sem impacto concreto no sistema educacional. Como destacam Santos e Díaz (2023), políticas de incentivo financeiro são importantes, mas insuficientes quando desvinculadas de práticas formativas que dialoguem com a realidade escolar. Nesse sentido, o Pé-de-Meia Licenciaturas, embora relevante do ponto de vista da inclusão, não se mostra capaz de enfrentar de forma profunda a crise das licenciaturas, que exige políticas integradas de valorização docente, melhoria da infraestrutura formativa e incentivo à prática pedagógica reflexiva.

O PIBID como Estratégia para Potencializar a Formação Inicial de Professores

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) foi criado pelo governo federal em 2007, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o objetivo de valorizar a carreira docente e melhorar a qualidade da formação inicial de professores (CAPES, 2014).

O programa contribui para o fortalecimento da formação de professores em nível de graduação e para a melhoria de qualidade da educação básica pública brasileira. Os projetos apoiados no âmbito do PIBID são elaborados e implementados por instituições de ensino superior, em articulação com as secretarias estaduais e municipais de educação, e desenvolvidos pelos licenciandos, sob supervisão e orientação de professores das escolas e das universidades (CAPES, 2024).

No último edital do PIBID (Edital 10/2024), lançado em 2024 e com vigência até 2026 beneficiou 300 Instituições de Ensino Superior (IES) em todo o país – 42 a mais que o edital anterior -, contemplando aproximadamente 80 mil bolsas – 20 mil a mais que o edital anterior - destinadas a estudantes de licenciatura, professores supervisores das escolas públicas e coordenadores institucionais (CAPES, 2024). Essa ampliação do programa reforça o compromisso do governo federal com a valorização da formação inicial de professores e com o enfrentamento da crise das licenciaturas, ao incentivar a permanência dos licenciandos e em contrapartida promove maior integração entre universidades e escolas da educação básica.

Não é à toa que ao longo dos anos, tem sido reconhecido como uma política pública educacional de grande relevância para o fortalecimento da formação docente no Brasil. Mesmo diante de cenários políticos e econômicos desafiadores, o programa tem resistido e se mostrado como uma ferramenta valiosa para a melhoria da qualidade da educação básica no país (Souza; Carvalho; Silva, 2024).

Segundo Gatti (2014), o programa contribui de maneira significativa para a integração entre teoria e prática, aproximando os licenciandos das escolas e permitindo que

compreendam a complexidade do trabalho docente. Essa imersão precoce no ambiente escolar promove o desenvolvimento de competências pedagógicas e reflexivas essenciais à docência, além de contribuir para uma formação mais crítica e contextualizada. Souza; Carvalho e Silva (2024), reforçam essa perspectiva ao destacar que o PIBID possibilita a articulação entre a universidade e a escola básica, criando espaços de aprendizagem colaborativa e inovação pedagógica.

Além da contribuição para a qualidade formativa, o PIBID também tem impacto direto na redução da evasão e na permanência dos licenciandos nos cursos de formação docente. De acordo com Deimling, Cruz e Favarin (2025), o programa atua como um importante incentivo à continuidade dos estudos, uma vez que proporciona não apenas apoio financeiro, mas também o sentimento de pertencimento profissional e reconhecimento social. A vivência prática, acompanhada por professores experientes, reforça o compromisso dos licenciandos com a educação básica, despertando vocação e engajamento. Santos e Díaz (2023) acrescentam que o PIBID desempenha papel central na reconfiguração da identidade docente, fortalecendo o vínculo entre o futuro professor e a escola pública, e mitigando os efeitos da desmotivação frequentemente associados à crise das licenciaturas.

Além dos benefícios para a formação de professores, estudos recentes apontam que o PIBID também impacta positivamente a qualidade da educação básica, ao inserir nas escolas projetos pedagógicos inovadores e metodologias ativas desenvolvidas pelos bolsistas pibidianos. Segundo Souza; Carvalho e Silva (2024), o programa amplia a interação entre ensino superior e educação básica, criando condições para uma formação docente contextualizada nas reais demandas do sistema educacional. Nesta mesma linha, Koga, Rudnik e Camilo (2025) destacam que, ao promover práticas reflexivas e colaborativas, o PIBID contribui para a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem, fortalecendo a cultura escolar e promovendo o desenvolvimento profissional tanto dos licenciandos quanto dos professores em exercício.

Dessa forma, acreditamos que o PIBID consolida-se como uma política pública essencial para enfrentar a crise das licenciaturas e elevar a qualidade da formação docente no Brasil, por isso endossamos o Projeto de Lei PL 7552/2014 e seus apensados que tem como objetivo institucionalizar o PIBID, transformando-o em uma política de Estado e não apenas de governo, garantindo sua continuidade e estabilidade orçamentária. O presente PL estabelece as diretrizes para o funcionamento do programa, que visa incentivar a formação de docentes para a educação básica, promover a integração entre teoria e prática, e valorizar a carreira do magistério.





Depois de vários anos de luta para transformar o PIBID em Lei, recentemente, mais precisamente no dia 15 de outubro de 2015 o Projeto de Lei nº 7.552/2014 teve seu parecer aprovado na Comissão de Finanças e Tributação e segue para análise na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), última etapa antes de chegar ao Presidente da República Luiz Inácio Lula Silva. Esse contexto demonstra uma vitória daqueles(as) que lutaram por essa aprovação e um grande avanço nas políticas públicas de formação docente. Esperamos que isso fortaleça ainda mais o programa e que ao invés do governo criar novas políticas, como o Pé-de-meia Licenciaturas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a crise das licenciaturas nos revela um quadro persistente de desvalorização da carreira docente, evasão nos cursos de formação e fragilidade nas condições estruturais da educação superior. Esse cenário demanda políticas públicas eficientes, duradouras e articuladas, capazes de promover não apenas a permanência dos estudantes, mas a qualidade e o sentido formativo da docência. Nesse contexto, programas como o PIBID e o Pé-de-Meia Licenciaturas emergem como respostas governamentais à crise, ainda que com alcances e naturezas distintas. O PIBID tem se mostrado uma iniciativa consolidada, com resultados expressivos na formação inicial docente e nas escolas de educação básica, por proporcionar a vivência prática nas escolas públicas e favorecer a integração entre teoria, prática e reflexão pedagógica. Em contrapartida, o Pé-de-Meia Licenciaturas, embora represente um avanço no campo do incentivo financeiro e da inclusão estudantil, apresenta-se como um programa de vitrine, um exemplo do “mais do mesmo” das políticas públicas educacionais, ao não incluir contrapartidas formativas nem estabelecer vínculo efetivo com a educação básica. Assim, seu impacto na melhoria da formação docente e na qualidade do ensino é limitado, restringindo-se ao aspecto assistencialista. Diante disso, defendemos que o PIBID seja institucionalizado como uma política de Estado, garantindo continuidade, ampliação de investimentos e maior abrangência em todas as licenciaturas. Somente por meio de políticas que integrem formação, prática e valorização profissional, e que transcendam a lógica imediatista dos programas de governo, será possível enfrentar de modo efetivo a crise das licenciaturas e consolidar uma formação docente sólida, crítica e socialmente comprometida, capaz de fortalecer a educação básica e o papel do professor como agente transformador da realidade educacional brasileira.

AGRADECIMENTOS



Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo incentivo e apoio à formação de professores no Brasil, especialmente por meio de programas como o PIBID, que tem contribuído de maneira significativa para o fortalecimento da formação inicial docente e para a valorização das licenciaturas.

REFERÊNCIAS

- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto editora. 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Pé-de-Meia das Licenciaturas**. Brasília, DF: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/mais-professores/pe-de-meia-licenciaturas>. Acesso em: 10 out. 2025.
- CAPES. Conselho Técnico-Científico da Educação Básica. **Pibid - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência**. Brasília, DF. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/pibid/pibid>. Acesso em: 10. out. 2025.
- CAPES. Conselho Técnico-Científico da Educação Básica. **PIBID divulga relação de projetos selecionados**. Brasília, DF. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/pibid-divulga-relacao-de-projetos-selecionados>. Acesso em: 10. out. 2025.
- DEIMLING, N.N.M.; CRUZ, M.E.; FAVARIN, G.B. Os impactos do Pibid na formação de estudantes dos cursos de licenciatura: estado do conhecimento. **Educação & Formação**, v. 10, p. 4, 2025.
- FERREIRA, R. M.; Bierhalz, C. D. K. A evasão nas licenciaturas: revisão integrativa da literatura. **SciELO Preprints**. 2023.
- GATTI, B. A. A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. **Revista Usp**, n. 100, p. 33-46, 2014.
- INEP. Censo Escolar 2023: **Resumo Técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023.
- KOGA, V.T.; RUDNIK, L.M.; CAMILO, D.H.V. Os impactos do pibid na formação de professores de ciências: um estudo a partir da estrutura das representações sociais. **V Simpósio de Pesquisa em Educação para a Ciência**, SIPEC, 2025.
- MARTINS, L.M. O legado do século XX para a formação de professores. In: MARTINS, L. DUARTE, N.(Orgs). **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p.13-31.
- QUEIROZ, C. Políticas para melhorar a atratividade da carreira e reformular currículos é o caminho para reverter cenário de escassez docente na educação básica. **Revista FAPESP**. 2023. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2023/09/012-017_capa-licenciaturas_332-parte-1.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.



SANTOS, M.B.; DÍAZ, D.R. o PIBID na formação de professores: uma análise dos trabalhos produzidos no período de 2007 a 2022. **Revista Científica de Iniciación a la Investigación**, v. 8, n. 1, 2023.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação** v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações, 11^a ed. Campinas: Autores Associados 2011.

SILVA, R.R.N.; MESQUITA, I.M. “Qual o destino das licenciaturas?”: o caráter privatista, mercantil e neoliberal na formação de professores no Brasil (2009-2018). **Revista e-Curriculum**, v. 23, 2025.

SILVA, R.S.; SANTOS, A.M. Proletarização do trabalho docente: um caminho para o sofrimento psíquico. **Reunião Científica Regional da ANPED**. 2016

SOUSA, L.S.; CARVALHO, M.B; SILVA, E.C.N. o PIBID como política pública educacional:: olhares para a formação inicial de pedagogo(a)s. **Educação e (Trans)formação**, v. 1, n. 1, 2024.

¹ Programa de Residência Pedagógica é uma das ações que integravam a Política Nacional de Formação de Professores e tinha por objetivo promover o aperfeiçoamento da formação teórico/prática nos cursos de licenciatura, a partir da correspondência entre IES, redes de ensino e escolas na formação inicial de professores. Para isso, residentes (licenciandos a partir da segunda metade do curso), Coordenador Institucional (docente da IES), Docente Orientador (docente da IES), Preceptor (docente da escola de educação básica) recebiam bolsas de auxílio durante o período de execução da residência. A esse respeito, consultar: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programas-encerrados/programa-residencia-pedagogica>. Acesso em 29/09/2025.